

ACTA NÚMERO 121 (CENTO E VINTE E UM)

Aos vinte e nove dias do mês de Maio de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no auditório do Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, sito na Av.^a Professor Egas Moniz, reuniu em segunda convocatória a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), regularmente convocada para o efeito, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Apresentação de medidas extraordinárias de reestruturação financeira;


A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes, pelo Vice-Presidente, Miguel Cordovil Matos, e pelo Secretário, Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória (18.00 horas), o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º4 do Artigo 20.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (18.30 horas).

À hora marcada para a segunda convocatória encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: Paulo Jorge Picão Eusébio e José Maria Saraiva Marques (AA Coimbra); João Milheiriço Alberty, Ana Bagagem Alberty e Luis Miguel Maia Fernandes (AEESA Coimbra); João Maria Campelo Ribeiro e André Folque Gouveia (AEFC Tecnologia); Vasco Sevinato Pinto e Nuno Salvador Costa (AEIS Agronomia); Luís Costa Baptista e Narciso Figueiredo (Belas RC); Mário Carriço (Caldas RC); Adriana Marques Pinto (RC Tondela) Lourenço Fernandes Thomaz, Miguel Cordovil Matos, Miguel Gonçalves Rodrigues e Pedro Oliveira (CDUL); Miguel Freudenthal e Diogo Barbosa (CF Belenenses); Manuel Couto e Nuno Raimundo (CR Évora); Pedro Lucas (CR Técnico); António Costa (CRAV); Rómulo Ustá (Escolinha Galiza); Luis Filipe Lança de Morais e Pedro Frago Mendez (GD Direito) José Maria Corrêa de Sampaio, Pedro Vassalo Santos e Francisco Dória Nóbrega (GDS Cascais) Carlos Dias (RC Bairrada); André Faísca Coelho (RC Loulé) José Redondo (RC Lousã); Paulo Xavier, João Veiga Malta e Francisco Ferreira Cornacho (RC Montemor); Pedro Ferreira Coutinho (SL Benfica); Tito Arantes Fontes (Sporting Rugby); Nuno Miranda Coelho (ANAR); Miguel Oliveira Teixeira (ARS); Alcino Morais da Silva (CRRC); Luis Miranda (Árbitros); Gonçalo Foro e Isabel Ozório (Atletas Internacionais).

Encontravam-se também presentes o Presidente da FPR Luis Cassiano Neves, os Vice-Presidentes da Direcção Carlos Lobo Gaspar e Rui Augusto da Silva Neves, o Presidente do Conselho de Arbitragem Inácio Jorge Mendes Silva e os membros do Conselho Geral Pedro Sousa Ribeiro e João Pinto de Magalhães, admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral, nos termos do n.º10 do Artigo 20.º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby.

Antes da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação um pedido de autorização para assistirem à reunião, os senhores Luis Canogia (ARS), Frederico Taborda (RC Santarém), José Sacavém (A.Ubuntu), Ricardo Fonseca (RC Elvas), Ricardo Nunes (AA Coimbra), Rui Alvarez (FPR), António Henriques (Diário Noticias),



Fernando Cardoso (CRRC), Nuno Melo (CF Belenenses), Luis Andrada (A.Ubuntu), Francisco Barbosa (RC Tondela), Rodrigo Santos Alves (SLB), Francisco Grenho (SLB), Nuno Gonzaga Ferreira (Escolinhas Rugby Galiza), Maria José Mendes (FPR), Ana Isabel Martins (FPR), Tatiana Contreiras (FPR) e Elisabete Felício (FPR), e a mesma foi aprovada por unanimidade.

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos estatutários, o Presidente deu então início à Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 18.30 horas.

Dando início à sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Geral propôs que a Assembleia observasse um minuto de silêncio em homenagem a Serafim Marques, conhecido por Cordeiro do Vale.

O Delegado do CRAV lembrou que tinha apresentado um pedido de adiamento da Assembleia Geral, assim como a ARN, tendo o Presidente da Mesa referido que houve mais pedidos nesse sentido, mas depois de consultar o Presidente da FPR e dada a importância do tema da Assembleia decidiu manter a convocatória.

Miguel Maia, da ARS, lembrou que já tinha solicitado que as assembleias gerais se realizassem aos sábados. O Presidente da Mesa referiu ter tomado nota dessa solicitação.

O Delegado do CRAV reiterou a sua proposta de adiamento da Assembleia Geral, tendo o Presidente da Mesa referido que era muito importante ouvir primeiro o Presidente da Federação e em função da forma como a assembleia decorrer será tomada uma decisão.

Luis Baptista, delegado do Belas RC, manifestou a intenção de apresentar uma proposta alternativa à da Direcção, tendo o Presidente da Mesa referido que a mesma só seria considerada depois de se ouvir o Presidente da FPR.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra a Luís Cassiano Neves que expôs as razões da sua proposta, alegando que estavam em causa medidas administrativas que podiam ter sido implementadas pela Direcção, mas que considerando a respectiva radicalidade e o facto das mesmas não terem sido assumidas na sua candidatura, a Direcção decidiu submetê-las à Assembleia Geral. O Presidente da Direcção disse entender estas medidas como inevitáveis e lembrou que já a anterior Direcção havia abordado o pagamento do custo dos árbitros pelos clubes, o pagamento de uma taxa de inscrição por atleta e um aumento da taxa de inscrição, conforme acta de 27/11/2014. O Presidente da Direcção referiu que a qualidade do que a FPR faz está ligada à existência de recursos e que o primeiro parágrafo do texto das medidas sintetiza a situação da FPR. Referiu que se tem reduzido a actividade, mas que abaixo do ponto actual é passar do limiar crítico de actividade da FPR. Referiu que é um momento crítico na vida da Federação e que a contribuição dos clubes para o orçamento federativo é extremamente baixa comparativamente a outras Federações que competem ao nosso nível. Referiu ainda que a folha salarial do Centro de Alto Rendimento terá de baixar drasticamente e que no futuro próximo irá ser difícil subir de divisão.

Transmitiu a necessidade de reequilibrar a FPR, alegando que se o rugby continuar a ser gratuito não tem mais para dar. A Direcção compromete-se com esta redução drástica da folha salarial, tendo ponderado todos os emails com propostas de redução de despesas noutras rubricas, mas tirando o alto rendimento, referiu não ver onde seja possível provocar o reequilíbrio. Convidou os delegados a fazer esse exercício e a vir ter com a Direcção, dizendo onde se deve cortar. No Desenvolvimento transmitiu pretender manter as dotações em sede de contrato programa, sendo a proposta a de delegar nas Associações Regionais a arbitragem. Quanto aos custos de organização de competições e arbitragem esclareceu que ninguém pretende que os clubes paguem directamente aos árbitros, a ideia era criar uma conta corrente com cada clube, que seria actualizada após cada fim de semana. Têm de se garantir condições iguais de participação, ainda que com alguma flexibilidade. Defendeu aumentos das taxas de inscrição por equipa, que seriam marginais até à 2ª Divisão. Defendeu igualmente a ideia da criação de uma taxa de inscrição FPR individual e por praticante, alegando ser raro encontrar uma Federação que não a tenha. A quem optasse pelo pacote inscrição + seguro seria oferecido um desconto significativo.


O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra aos delegados que se inscreveram para intervir.

Pedro Sousa Ribeiro, do Conselho Geral, congratulou a Direcção pela proposta apresentada, mas a mesma devia vir acompanhada por uma proposta de orçamento rectificativo. Luis Cassiano Neves referiu que em o orçamento aprovado em anterior Assembleia Geral foi aprovado em moldes que visavam proteger a receita do IPDJ, mas que num futuro próximo iria ser apresentado um orçamento rectificativo.

Luis Miranda, delegado dos árbitros, perguntou qual a razão de se criar uma conta separada para pagar aos árbitros em vez de ser a FPR a pagar directamente aos árbitros, através de um simples aumento da taxa de inscrição das equipas. Luis Cassiano Neves referiu que a taxa de inscrição visa cobrir os custos administrativos associados à gestão e organização das competições. A taxa de arbitragem visaria directamente a cobertura dos custos com a arbitragem. Num cenário ideal, por ser autónoma, esta taxa poderia ser mais facilmente revista. Tem também a virtude dos clubes perceberem o que estão a pagar e porquê.

Luis Canogia, da ARS, questionou se a FPR pretendia que os clubes passassem a assumir o pagamento dos seguros até aos Sub14. Referiu ainda que na rubrica transferência para associações era referido Arbitragem e outros. Questionou o que eram estes outros. Luis Cassiano Neves respondeu que o objectivo é a FPR deixar de pagar directamente o seguro. Quanto à rubrica outros, refere-se aos colaboradores que ainda mantêm vínculo central com a FPR. Luis Canogia respondeu que no caso da ARS, a redução proposta não permitiria pagar os dois colaboradores do protocolo, ao que Luis Cassiano Neves referiu ser inevitável reduzir e, conseqüentemente, perder qualidade.

Pedro Vassalo, delegado do Cascais, agradeceu a transparência da Federação, mas entende que é um problema de tesouraria e não económico e as propostas apresentadas resolvem somente o primeiro problema. Devia ser apresentado um plano a médio e longo prazo. Luis Cassiano Neves referiu que alguma coisa está feita e há uma linha condutora, a FPR tem vindo a ser reorganizada do ponto de vista administrativo e financeiro, ainda que infelizmente nem sempre com a celeridade pretendida. Destacou o facto das chefias intermédias terem hoje



mais responsabilidade e capacidade de decisão. Nas Selecções tem sido muito difícil conciliar, por incapacidade financeira, o que se pretende e o que se consegue e isso não permite criar condições para trazer mais atletas profissionais que actuam em França. Por essa razão houve uma aposta clara nos sub-18 e sub-20, para criar um plantel que irá tentar o apuramento para o Mundial de 2023. O actual Regulamento das Competições, que revela um cuidado e detalhe jurídico que não é visível noutros regulamentos, foi feito pela prata da casa. Mas este paradigma de gratuidade tem de acabar, ainda que actualmente não existam condições financeiras para funcionar de uma forma mais profissional. Em termos de desenvolvimento, apesar das dificuldades, foi investido mais dinheiro no desenvolvimento que em qualquer um dos quatro exercícios anteriores. Pedro Vassalo retorquiu ser indispensável um business plan a 5 ou 6 anos, de médio/longo prazo. Luis Cassiano Neves referiu a importância do processo de certificação dos clubes, que tem por objectivo dotar a FPR dum mais profundo conhecimento dos clubes, para se fazerem planos em conjunto a 4 anos.

Paulo Xavier, de Montemor, questionou o Presidente sobre como com estas medidas se amortiza uma dívida de 600 mil euros e como se equilibra o orçamento (200 mil euros). O Presidente referiu que com as medidas propostas o deficit desaparece, mas a dívida mantém-se igual. Tem de haver novas formas de angariar receitas como por exemplo o Placard e aumentar receitas comerciais. Tem havido contactos com a banca, mas é muito difícil renegociar as dívidas porque a mesma está dispersa por muitos credores. Na apresentação do orçamento rectificativo será apresentado um plano de amortização da dívida.

Pedro Lucas, do Técnico, quis saber que actividades estão incluídas no plano de desenvolvimento.

João Diniz, do Direito, perguntou qual o valor efectivo para o desenvolvimento.

Rui Alvarez, colaborador da FPR, referiu que a descida de divisão irá permitir que Portugal ganhe jogos e melhore o seu ranking na World Rugby, explicou porque esse facto é positivo para um eventual apuramento para o Mundial 2023. Referiu ainda que relativamente aos Sevens a subida da Espanha e Alemanha ao World Series, abriu a hipótese de irmos ao Mundial se ficarmos em quinto lugar no Campeonato da Europa. Manifestou a sua convicção de que a Selecção Sub-20 tem hipótese de vencer o World Trophy.

Paulo Picão, da Académica, afirmou que a actual situação a nível desportivo das selecções tornou mais difícil vender o rugby, houve uma quebra a nível dos patrocinadores o que é fatal para os clubes. O rugby tem de ser um desporto nacional que se distinga pelos respectivos valores, só assim vai atrair patrocinadores. Apesar de achar corajosa a frontalidade da Direcção, entende que esta não foi a melhor forma de apresentar o problema. Luis Cassiano Neves referiu que a sua candidatura nunca prometeu patrocinadores e que tem sido feito um esforço grande nos Média e nas redes sociais na transmissão dos valores do rugby e tem-se trabalhado bastante com as autarquias.

Alcino Silva, delegado do CRRC, congratulou-se com a forma como a Federação se tem relacionado com as Associações Regionais, tendo referido uma maior presença de

funcionários da FPR junto das associações e que deve reforçar-se a aposta no rugby escolar e na relação com as autarquias. Luis Cassiano Neves referiu que a redução de 100 mil euros na folha salarial será fundamentalmente no Centro do Alto Rendimento.

Luis Filipe Lança de Moraes, do GDD, não se identifica com a proposta da Federação e acha que o Presidente Luis Cassiano Neves está resignado e que não é a pessoa indicada para conduzir este processo. Disse estar de acordo com os ajustamentos nos recursos humanos, mas não com os cortes na parte desportiva. O business plan que o delegado Pedro Vassalo referiu já devia ter sido apresentado há muito. A proposta não é uma solução, o GDD não tem mais 10 ou 15 mil euros para pagar, sem perceber para onde se vai, e não acredita nesta equipa directiva. Pergunta se não se tem de mudar de paradigma, para ver se não estamos a ser vítimas de uma estrutura que não acrescenta valor, que se chama FPR. Luis Cassiano Neves referiu que alguns clubes têm crescido com a ajuda da Federação, e que o contributo dos clubes para o orçamento da FPR é somente de 1,5% do seu total, o que não é normal. Não está pessimista mas têm de ser feitas mudanças radicais e regista os juízos de valor negativos feitos e a pré-candidatura do GDD. Luis Filipe Lança de Moraes pediu que retirasse a afirmação feita porque não se está a candidatar. Referiu que os clubes estavam a subir em termos de qualidade de trabalho e as selecções a descer, que não vai pagar mais e usufruir menos, que a Direcção deve voltar a bater à porta da World Rugby, da Secretaria de Estado, do IPDJ e outras instituições e não ficar resignada.

Miguel Teixeira, da ARS, afirmou que a capacidade de negociar com o Estado é praticamente nula, e que se tem de procurar novas parcerias, principalmente as autarquias. Disse ter tido 3 autarquias interessadas em fazer parcerias com o a FPR, mas a resposta ficou no “vai e vem” e duas delas já se viraram para o andebol. A FPR está a pedir aos associados que aumentem a sua comparticipação, sem se saber até que ponto é que este esforço vai resolver os problemas, falta a visão estratégica. Não vai ser nesta Assembleia nem numa próxima que se consegue chegar a um acordo, mas sim numa discussão mais intensa, num Congresso que já estava previsto realizar-se. Referiu ainda que existe financiamento europeu, mas que infelizmente o rugby trabalha pouco em conjunto. A ARS está muito preocupado com a falta de meios.

Lourenço Fernandes Thomaz, do CDUL, congratulou-se com a proposta da FPR que põe a nu a realidade do rugby, mas também discorda da mesma pois não pode ser só a cortar. Alguns clubes trabalham bem, mas não todos ao contrário do assumido na intervenção do Presidente do GDD. Os clubes não podem ficar sentados, têm de ser proactivos. Tem de haver separação do rugby social do rugby de competição. A proposta penaliza os clubes que trabalham melhor, tem de se saber para o que vamos dar mais dinheiro. Tem de haver transparência e meritocracia, e não mais do “vamos dividir o mal pela aldeia”. Luis Cassiano Neves disse que a proposta é radical porque já não há tempo para congressos e corre-se o risco de em Dezembro a Federação entrar em rutura. Classificou este documento como tático, destinado a resolver um problema que vai estourar no final do exercício. Admite que possa não estar a ver o cenário correcto e por isso o veio sindicat. Entende que o paradigma de financiamento da FPR tem de ser alterado. Referiu ainda não existir um desígnio de cobrar mais a quem trabalha melhor. O que existe é uma vontade de proporcionalidade. Referiu que tentaram um acordo quanto aos custos de arbitragem que lhes valeu uma greve. No seu entendimento é o momento de se sentarem com os árbitros e reverem a tabela de prémios e despesas.

Pedro Lucas, do CR Técnico, disse que agora as contas são visíveis e não escondidas como anteriormente. Já passaram 17 meses e saíram vários elementos da Direcção, o modelo competitivo vai contra o que foi apresentado pelos principais clubes, a comunicação tem sido um fiasco. O melhor do rugby são os jogadores. A nível de selecções podia-se ter ido mais além trazendo mais um ou dois jogadores luso-franceses. Entende que o problema do rugby português é de organização, parecendo-lhe que existe falta de ambição para arranjar mais dinheiro. Pedro Lucas apresentou a seguinte proposta para redução de 200 mil euros no orçamento anual. Relativamente à arbitragem os clubes devem apresentar 3 ou 4 árbitros que dirigirão 5 jogos por época, sem remuneração, e que o desenvolvimento passe a ser feito pelos clubes, pelo menos os da grande Lisboa. Luis Cassiano Neves disse, relativamente à arbitragem, que admitia que o futuro passasse por aí e que já foi pedido que os clubes indiquem árbitros. Quanto à área comercial admitiu que pudessem não estar a ser suficientemente competentes, mas não colocava em dúvida a entrega da Direcção. Admitiu que o modelo de angariação comercial pudesse ter de envolver mais os clubes.

Paulo Xavier, de Montemor, lembrou que os outros Países dão muito mais aos clubes através das Câmaras do que Portugal, a nossa realidade regional é do tamanho de um bairro de Lisboa. Os apoios que são dados lá fora são invisíveis correntes que cá quem assume são os clubes. A FPR paga uma média de 12 mil euros ano para o desenvolvimento e não foi nenhum técnico da Associação Regional a Montemor.

José Maria Correia Sampayo, do Cascais, diz que o documento é muito positivo e que é importante termos noção da realidade, mas que é escasso. Gasta-se muito no desenvolvimento e não se vêm resultados. Crê que no seu clube não teve um único atleta proveniente do plano Nestum. O Cascais faz esse trabalho de desenvolvimento sozinho. Considerou um exagero o que se paga aos árbitros nomeadamente nos escalões de formação e em deslocações, a Federação tem de trabalhar mais com os clubes, nomeadamente indo em conjunto aos patrocinadores.

Miguel Freudenthal, do Belenenses, referiu que o documento não o surpreende mas estranha o atraso. Somos o 3º país do mundo com pior taxa de crescimento demográfico e isso não ajuda o rugby. Só houve um aumento significativo com a presença no Mundial, pelo que não vê outra maneira de lá chegar que não seja a de conseguirmos ir ao Mundial de 2023. Relativamente à arbitragem, concorda com a posição do Delegado Luis Miranda, referindo não gostar de ver as verbas separadas. Entende que a proposta do delegado Pedro Lucas tem de ser melhorada e posta em prática. Entende que deve haver um maior esforço no sentido de se negociar o refinanciamento da dívida. Como os patrocínios são cada vez mais escassos os jogadores vão acabar por pagar a factura, isso pode vir a significar quebra de inscrições. Luis Cassiano Neves informou que está a ser negociado o refinanciamento mas não está a ser fácil.

Luis Baptista, do Belas, disse que devemos olhar para a Federação como uma empresa e o que se está a propor é uma injeção de capital para evitar a falência. Que estamos falidos e que vão desaparecer 200 mil euros. Pensando no médio/longo prazo aquilo que tem sido discutido é interessante, mas no curto prazo isto traduz-se em cortes. O Belas também passou por uma situação muito complicada mas reduziu a actividade e conseguiu equilibrar as contas.

Considerou que o princípio da representatividade é o mais correcto, propondo que parte do esforço seja suportado pelos clubes, de acordo com a representatividade da própria AG. No seu entendimento, o que interessa perceber é se a proposta da Direcção tem viabilidade para andar ou se há propostas concretas que na especialidade possam ser apreciadas e decididas.

Luis Filipe Lança de Morais, do GDD, afirmou que é um problema estrutural que afecta a FPR e os clubes, mas duvida desta proposta, alegando que ninguém está certo dos cortes aqui propostos serem os correctos. A Direcção não gera riqueza nem apresenta soluções, devemos recorrer ao financiamento e às instituições internacionais. E voltou a questionar o empenho de Luis Cassiano Neves na obtenção da receita que faz falta à Federação.

Alcino Silva, do CRRC, informou que a Associação tem angariado várias verbas e apoiados os clubes sem interferência da FPR. Vão levar duas selecções regionais de sevens a Heidelberg. Não se pode acusar as associações regionais de só darem prejuízos. Luis Cassiano Neves disse saber que as três Associações têm feito um trabalho importante e achar que os clubes não conhecem esse trabalho. Referiu que é muito importante que as associações divulguem o seu bom trabalho.

Pedro Fragoso Mendes, do GDD, perguntou qual é a posição do Presidente da Federação se não tiver a votação pretendida. Tal como em 1974, quando Pedro Sousa Ribeiro teve a coragem de suspender a actividade das selecções, está na altura de romper com o status, os clubes olham para o umbigo, há que mudar o modelo do rugby, há que ter coragem de assumir as realidades diferentes. O Congresso onde se poderá definir uma estratégia a médio e longo prazo para o rugby português está organizado e poderá realizar-se em Setembro. Referiu ser necessário ter-se a coragem de tratar de forma diferente o rugby social do rugby de competição.

Relativamente ao desenvolvimento deve pensar-se seriamente em serem os clubes a fazê-la. Luis Cassiano Neves diz que a pretensão de uma votação favorável de 70% é perigosa mas ou há um apoio significativo que legitime o caminho ou a questão é devolvida aos clubes, que têm de apresentar soluções alternativas. Quanto aos modelos competitivos do rugby, a certificação vai avaliar os clubes e determinar onde pertencem, se ao rugby escolar, social ou de competição.

Pedro Fragoso Mendes do GDD, defendeu uma divisão entre rugby escolar, rugby clube, rugby selecção e uma estrutura administrativa e comercial de promoção do Jogo. O delegado do CRAV voltou a propor o adiamento ou a suspensão da Assembleia Geral, prosseguindo-se os trabalhos noutra sessão.

Pedro Lucas do Técnico, disse que quer ver a sua proposta discutida e votada se a proposta da FPR for votada.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral Tito Fontes explicou que ainda estávamos em fase de discussão e que antes haveria que perceber qual a posição que a Direcção iria assumir, avisando desde logo que a Assembleia Geral teria de ser suspensa, devido ao adiantado da hora.

Luis Canogia referiu que o apoio da ARS na área do desenvolvimento é feito, tendo um técnico ido a Montemor e a Cascais e não houve possibilidade de ir a mais clubes por falta de verbas. Infelizmente, o trabalho feito no desenvolvimento não tem tido o resultado que se esperava. Tivemos 16 mil praticantes de TAG Rugby e que deveriam estar inscritos na FPR, e assim aumentaria o subsídio do IPDJ. Considerou que não existem nesta Assembleia condições para tomar decisões e que deviam ser nomeadas comissões e voltar a reunir daqui a 1 mês.

Pedro Vassalo, do Cascais, entende que o Presidente da FPR está numa situação privilegiada para mudar o rugby em Portugal, porque os clubes estão com ele. Quem está à frente tem de mostrar soluções e os resultados que se vão conseguir com estas mudanças.

João Diniz, do GDD, referiu que o passivo de 600 mil euros já vem de há muitos anos. A descida de verbas da World Rugby é a causa da rutura da tesouraria. Luis Cassiano Neves confirmou que a quebra de 130 mil libras afetou seriamente a tesouraria. A World Rugby prevê quebra de receitas e aumento de custos na organização do Mundial que vai ter lugar no Japão, o que levou à quebra de apoio a todas as Federações, contrariando expectativas criadas pela anterior Direcção da World Rugby. Este apoio pode ser recuperado se estivermos na corrida para o Mundial.

Luis Cassiano Neves disse que não havendo condições de votar retira a sua proposta e espera que os clubes apresentem com a maior brevidade propostas alternativas e que a Federação compromete-se a realizar o Congresso em Setembro/Outubro para que seja elaborado um Plano Estratégico. Assim, propõe a suspensão da Assembleia Geral, e que a mesma seja retomada no sábado dia 8 de Julho pelas 10h30.

Luis Filipe Lança de Moraes, do GDD, espera que a Federação também apresente novas propostas em função do que foi discutido nesta Assembleia.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral suspendeu a Assembleia, determinando que os trabalhos sejam retomados no sábado dia 8 de Julho pelas 10h30 em primeira convocatória e em segunda convocatória pelas 11h00.

F-J-A-L-A
Luis Cassiano Neves
João Diniz